

Memórias em *Movimento*: a trajetória do trabalhismo contada pelo “jornal dos jornalistas” sob hegemonia do PCdoB

Michelle Reis de Macedo*

Origem e proposta

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, os jornais classificados como alternativos serviam como opção a jornalistas que não encontravam espaços na grande imprensa para suas ideias e questionamentos; e, ao mesmo tempo, atraíam também políticos e militantes de esquerda que viviam na clandestinidade e, devido a isso, viam nesses periódicos uma forma de expressar legalmente sua luta política. A presença desse último grupo acabava por fazer do jornal um porta-voz de posições político-ideológicas de partidos ou organizações de esquerda; um canal de divulgação de suas estratégias de luta contra a ditadura. Assim se constituiu o jornal alternativo *Movimento*, formado por um grupo de jornalistas e militantes de diversas correntes políticas, com destaque para o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O nascimento de *Movimento*, em julho de 1975, inseriu-se num contexto pós-milagre econômico, durante a ditadura militar, em que o governo de Geisel já anunciava o projeto de distensão política. Definindo-se como uma frente política, em cada sucursal espalhadas pelo país predominava o controle de um grupo político. Por exemplo, em Salvador predominavam os ex-integrantes da Ação Popular (AP) que não aderiram ao PCdoB. Já na capital mineira destacou-se a atuação do grupo Centelha. Não demorou muito para que essa diversidade política fosse motivo para conflitos internos, principalmente porque a sede em São Paulo era dominada por uma linha política e teórica defendida pelo PCdoB.

No contexto de abertura política, a valorização da violência começou a dar lugar às lutas pelas liberdades democráticas. Após a derrota da experiência armada, o conceito de revolução sofreu transformações e as estratégias de militância foram redefinidas. O uso das armas como meio de luta perdeu prestígio entre as esquerdas brasileiras, alimentando uma profunda autocrítica. Os esforços voltaram-se para a conquista de espaços legais para a luta política, rompendo a barreira da clandestinidade.

Abandonando a luta armada, a maior parte daqueles que sobreviveram à repressão sentiram a necessidade de engajamento na luta política legal, considerada uma “resistência” à ditadura e

* Doutora pela Universidade Federal Fluminense.

uma forma de impedir o processo de institucionalização desse regime. A noção de “resistência” daria a ideia de uma luta heroica e legalizada contra um inimigo mais forte e poderoso. De qualquer forma, a adoção da luta de resistência significava uma autocritica às ações armadas e a aproximação, por parte desses grupos, de estratégias mais bem aceitas pela sociedade, na medida em que elegia como bandeira a defesa dos Direitos Humanos e das liberdades democráticas.

O PCdoB foi uma das organizações que, na conjuntura de valorização da democracia, abandonou a estratégia da luta armada e optou pelo apoio a uma frente ampla democrática liderada pelo MDB e pela defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sua escolha política não raro apareceu nas páginas de *Movimento*, embora tivesse que enfrentar, não somente a censura do governo, mas também vários conflitos internos, como o que culminou com o “racha” em 1977.

O trabalhismo “populista” e a prática da manipulação

Durante o processo de transição, as expectativas das oposições eram muitas. Cada organização política ansiava pela conquista de um espaço nas lutas contra a ditadura militar. Divulgando suas pautas de reivindicação, todos estavam envolvidos no clima por redemocratização, entretanto, cada um, a seu modo, possuía a intenção de recrutar bases, apoios e militantes, tentando assumir o lugar de porta-voz de setores populares da sociedade. Nesse sentido, a disputa não se restringia à exigência do fim do regime de exceção, mas significava também a afirmação como legítimo grupo de oposição. A busca pela consolidação de uma identidade como esquerda democrática implicou em rivalidades entre as oposições. Defendendo suas propostas e atacando as concorrentes, as competições políticas ocorriam em todas as direções.

Por um lado, as esquerdas consideradas alternativas às esquerdas tradicionais atacavam o PCB e o PCdoB; por outro, todas elas concordavam em acusar uma importante tradição política da história brasileira: o trabalhismo. Nessa direção, as críticas depreciativas à tradição trabalhista ocuparam as páginas no periódico *Movimento*.

Ao tratar do movimento operário, referências a um passado de manipulação passaram a ser feitas num exercício de comparação com aquele momento de agitação operária. Ao fazer um balanço sobre as greves de 1978, *Movimento* constata que

O desenvolvimento do capitalismo dependente e associado ao capital monopolista internacional não só tornou a classe operária mais numerosa, como a submeteu a duras experiências e a levou a profunda reflexão. Hoje é manifesta a aspiração do movimento operário a uma participação independente da manipulação, seja de cunho nacional-reformista ou populista-varguista, seja de tipo social-democrata, estando empenhada na busca de sua própria representação político-ideológica. (Movimento. São Paulo, 9 a 15 de abril de 1979, p. 10.)

Esse trecho da reportagem associa a prática da manipulação à proposta “nacional-reformista” também chamada de “populista-varguista”, isto é, a famosa teoria do populismo aparecendo nas páginas de *Movimento*. Seria uma prática política própria da tradição trabalhista e totalmente prejudicial à classe trabalhadora, que naquele momento ansiava por liberdade em relação à estrutura sindical controlada pelo Estado – uma invenção de Getúlio Vargas, mantida e alimentada por políticos e governos populistas até 1964. No entanto, a avaliação crítica não para por aí. O artigo destaca que o “populismo varguista”, com suas artimanhas, era capaz de manipular, ocultar, esconder, enganar, o que o regime civil-militar não soube fazer. Portanto, todas as mazelas sociais teriam sido descobertas depois da retirada do manto “populista” e os trabalhadores brasileiros puderam enxergar a exploração que sofriam, graças à incapacidade da ditadura de acobertá-la. Ainda nessa reportagem, *Movimento* demonstra incômodo ao se referir à atuação das práticas consideradas populistas, que, afirma o jornal, ainda possuíam fôlego para interferir nas organizações sindicais, mantendo-as como instrumento de controle do operariado. Em jornais alternativos e de esquerda, era recorrente a sinalização de que o “populismo” ainda rondava a política brasileira; uma constatação preocupante para aqueles que o consideravam uma tradição a ser superada.

Havia a preocupação de não somente chamar a atenção para a ameaça de retorno do populismo, como também para o fato de que não existia, naquele momento, um ambiente propício para isso. Portanto, seria algo inviável, principalmente para o intelectual Octávio Ianni, o qual publicara, em 1968, a tese de que o populismo havia entrado em colapso a partir do golpe de 1964. Sua obra *O colapso do populismo no Brasil* tornou-se referência rapidamente entre aqueles que construíram uma visão crítica acerca do período republicano findado com o golpe. De acordo com sua definição, o populismo fora um fenômeno político surgido durante o processo de desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira, que propunha uma conciliação entre as classes sociais. Esse acordo entre burguesia e proletariado

seria controlado pelo primeiro; enquanto o segundo, isento de experiência de luta, era vítima de manobras políticas, impedindo-o de reivindicar interesses que condiziam com sua situação de classe explorada. Além disso, o quadro era agravado quando aqueles responsáveis pela conscientização dos trabalhadores – esquerdas socialistas e comunistas, sobretudo membros do PCB – isolavam-se do problema, ou até mesmo se deixavam levar pelo discurso “populista”. De qualquer forma, os mentores da ditadura chegaram com outra proposta de desenvolvimento que não comportava as ideias e práticas “populistas. Para Ianni, a crise dos anos 1960 minou as bases do “populismo”, que não se sustentou. O modelo de desenvolvimento passara a ser fascista e dependente, abrindo espaço para a estagnação econômica e política e para o rompimento do acordo entre classes, criando condições para o despontar da luta de classes e da revolução socialista no Brasil.

Segundo Daniel Aarão, a tese acadêmica de Octavio Ianni exprimiu a cultura política de organizações de esquerda, surgidas a partir da década de 1960, que se autoproclamavam *revolucionários* e taxavam os integrantes do PTB e do PCB de *populistas e reformistas*. Pensavam que, diante do crescimento da selvageria capitalista patrocinado pela ditadura, restava apenas o enfrentamento, traduzindo-se em luta armada. Todavia, as previsões não se concretizaram: a economia cresceu e se modernizou; a ditadura não se isolou e a proposta de enfrentamento não angariou apoio da sociedade. Ademais, o sindicalismo corporativista, próprio do populismo, permaneceu vivo e lideranças trabalhistas logo voltaram a atuar, quando o clima de abertura apontara no horizonte nos anos de 1970. Para quem já havia assinado o atestado de óbito do “populismo”, teria que rever suas teses e conceitos e repensar o novo contexto.

Incomodado com a situação, Octavio Ianni escreveu para a seção “Opinião” de *Movimento*. O título do artigo já expressa seu questionamento: “O populismo no tempo dos monopólios?” Ianni continuava afirmando que o populismo acabara, mas que se ressurgisse, ofereceria um perigo maior para a sociedade do que no período anterior de sua existência, devido ao seu caráter burguês mais evidente. Para endossar sua opinião, retomou sua tese, analisando de forma breve a origem e a trajetória do “populismo”, bem como suas principais características. De acordo com o escrito por Ianni em *Movimento*, Vargas teria criado a política trabalhista nos anos de 1930 e 1940 com o intuito de orientar ou manipular o operariado em formação e, ao mesmo tempo, reprimir ou suprimir as forças operárias já organizadas, como anarquistas,

socialistas e comunistas. Em épocas de Estado Novo, o binômio repressão-manipulação seria um elemento fundamental para o sucesso do “populismo” de Vargas. Enquanto isso, o segundo elemento, estaria se engendrando: o pacto entre classes sociais, favorável ao desenvolvimento da economia capitalista nacional. No período pós-ditadura Vargas, um ingrediente novo fora criado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reunindo burgueses e trabalhistas para dar continuidade ao processo de manipulação da classe operária. No entanto, durante os anos de 1950 e 1960, ocorrera uma grande entrada de capital monopolista no Brasil, concedendo à grande burguesia força suficiente para quebrar esse “pacto populista” e limitar seriamente a classe operária. Fora aí que a ideia de golpe começara a se articular. Mas, para Ianni, a ruptura com as instituições democráticas não fora apenas resultado da força e da astúcia dos golpistas. A inércia do governo “populista” de João Goulart e de outros integrantes do “populismo” teria contribuído muito para a vitória do golpe, pois temeram armar as classes populares que estavam dispostas a reagir. Equipá-las com armas estaria contrariando um dos princípios do “populismo”, ou seja, impedir a independência delas. Nessa interpretação da história, o trabalhismo foi culpado pelo golpe. Mais um estigma reservado para essa tradição política, condenada pelo negativo conceito de “populismo”. Nas palavras de Octavio Ianni,

O presidente João Goulart, principal figura do trabalhismo, não se havia organizado para resistir ao golpe: não sabia o que estava para ocorrer, dizia-se. E os outros elementos do populismo também não puderam oferecer resistência. Aos grupos de operários, camponeses e outras categorias sociais que pediram armas para resistir ao golpe, nada responderam; ou disseram que não; que o povo não saberia usá-las; que poderia usá-las de forma inadequada, fora de controle, independente. A burguesia que havia se beneficiado do populismo não estava interessada em arriscar uma luta que poderia transformar-se em revolução popular. Não queria um governo de base popular, muito menos de base operária. Aceitou o golpe de Estado. Golpe providencial para certos setores do bloco populista, que estavam aflitos com o ascenso popular e operário no processo político brasileiro. [...] Populismo sim. Mas nada de operários e camponeses com força política, o que os tornariam classes sociais com poder de barganha e decisão. Isso não. (Movimento. São Paulo, 27 de agosto a 2 de setembro de 1979, p. 11).

Nesse trecho, a crítica ao trabalhismo beira as margens do implacável. Não satisfeito em culpá-lo pelo golpe devido a sua ineficiência em evitar a crise, Ianni ainda afirmou que, para

os “populistas”, o golpe foi providencial. Ora, a palavra providencial denota “a sabedoria divina que rege todas as coisas”. De acordo com essa concepção, seria o golpe um fato sublime, proveniente dos céus? Seria o golpe o salvador dos interesses do “populismo” em crise? No mínimo, providencial também significa, no dicionário, “acontecimento feliz”. Portanto, o uso dessa expressão pode sugerir que Ianni acreditava que os trabalhistas “populistas” sentiram-se aliviados com o golpe, pois servira de freio para as crescentes pressões populares, como se fosse preferível para eles perder a direção do governo a admitir uma revolução popular.

Se em sua tese desenvolvida em 1968 Octavio Ianni não menciona nada referente a ações livres e conscientes da classe operária, no artigo de *Movimento*, publicado em 1979, ele já admitiu que os operários não se submeteram totalmente, que apresentaram propostas e reivindicações, mas que foram ignorados pelos “populistas”. Talvez o crescimento dos movimentos e greves de trabalhadores naquele contexto de redemocratização tenha colaborado para a revisão na sua interpretação. E, falando dessa conjuntura, Ianni tentou esboçar justificativas para a sua primeira declaração no artigo. Além do fato de que o caráter burguês do “populismo” se mostraria muito mais evidente, o autor da coluna no jornal afirma que as condições políticas, econômicas e sociais são outras, bem diferentes das existentes antes de 1964. Primeiro porque

Em 1930-64 havia uma espécie de crise de hegemonia, que propiciou um pacto de classes sociais. Desde 1964 encerrou-se a época populista. O golpe de 1964 inicia a época do predomínio econômico e político da grande burguesia monopolista. Isso significa que desenvolveram condições econômicas e políticas mais delineadas, em termos das diferenças e antagonismos de classes. Modificaram-se as condições de relacionamento entre classes, principalmente a burguesia e o operariado.

A segunda razão destacada por Ianni seria resultado do afastamento entre burguesia e operariado, o que fez agravar os problemas sociais das classes exploradas. Além de ser mais numerosa e diversificada, a classe trabalhadora, segundo o artigo,

é mais experiente em termos políticos. Sofreu e sofre, muito mais, as políticas da ditadura do capital monopolista. Repolitizou-se, sob a pressão e a brutalidade das políticas da ditadura. Tem sido superexplorada, por meio do arrocho salarial, intervencionismo sindical, lei antigreve, repressão política, manipulação de estatísticas por tecnocratas do aparelho estatal.

Diante das mobilizações grevistas durante os anos de 1978 e 1979, Octavio Ianni concluiu que, finalmente, a classe operária compreendeu e conseguiu identificar os seus problemas e os da sociedade; aprendeu a reagir à exploração e a lutar pelas suas demandas. Nessa conjuntura descrita por Ianni, o populismo não poderia ter vez.

O artigo publicado em *Movimento* pelo jornalista e historiador Ricardo Maranhão desenvolve ideias semelhantes as de Octavio Ianni, mas o seu foco é o ataque ao PTB. De acordo com sua análise, o PTB nascera com o objetivo de manter o controle dos trabalhadores num momento pós-ditadura do Estado Novo. Nos primeiros anos – entre 1947 e 1949 – o PTB não teria conseguido se infiltrar no seio da classe operária devido à legalidade do PCB, que liderara o movimento operário. Ademais, os trabalhadores identificaram-no com o “peleguismo” do ministério do Trabalho durante a ditadura Vargas. Entretanto, com o retorno de Vargas à presidência em 1951 e, particularmente, com o aumento de 100% do salário mínimo, o PTB ganhara prestígio entre os operários. E esse crescimento do partido foi endossado ainda mais com o “controle do jogo de clientela e favores do Ministério do Trabalho (que Jango ocupou durante algum tempo).” Assim como Ianni, Maranhão também destacou o trabalhismo como uma política de aliança entre classes antagônicas, sob a direção do setor burguês, pouco interessado nos interesses históricos da classe operária. E ainda acrescentou que essa contradição era aparentemente confortável para o PTB, mas efetivamente perigosa a médio prazo. Para ele, com a intensificação da pressão dos movimentos populares nos primeiros anos da década de 1960, a contradição veio a tona. Em suas palavras,

As forças populares, em 1963, começavam a ultrapassar os limites que a direção petebista traçara ao fazer aliança com as lideranças operárias. Perdendo o controle, a direção do PTB foi incapaz de se articular para enfrentar o golpe que a direita, no início de 1964, preparava publicamente. A burguesia do PTB preferiu entregar o poder e dar um assalto na organização das massas, que poderiam rapidamente ultrapassá-la (Movimento. São Paulo, 27 de agosto a 2 de setembro de 1979, p. 11.).

À constatação de Ianni de que os movimentos populares pediram armas para resistir mas não foram atendidos por “elementos do populismo” por receio de que levassem a cabo uma revolução Ricardo Maranhão acrescentou a seguinte explicação sobre as razões do golpe:

A responsabilidade efetiva pelo golpe nas forças populares foi, é óbvio, da direita vitoriosa, respaldada naquele momento pela ‘santa aliança’ de todos os setores proprietários. Mas o desmantelamento da força dos trabalhadores e seus sindicatos, e a longa noite que se instaurou sobre a vida dos trabalhadores brasileiros, que não conseguiram resistir organizadamente a tais golpes, se explica também pelos limites à plena autonomia operária que o PTB ajudou a impor.

O trabalhismo foi identificado com a burguesia e não com os trabalhadores. Portanto, conforme essa interpretação, seria uma corrente política que falava em nome dos explorados, porém, na prática, pretendia manter os privilégios dos exploradores. O intelectual Jacob Gorender também não hesitou em culpar o trabalhismo de Brizola, caracterizado por ele de radicalismo burguês, pelo golpe de 1964. Para ele, o “estilo caudilhesco de liderança” exercido por Brizola teria provocado efeitos negativos sobre a unidade das forças populares, pois estaria ligado ao PTB e, por conseguinte, inserido no esquema de forças convencionais. Para desqualificar ainda mais a atuação de Leonel Brizola – ou a falta dela – diante do golpe de 1964, o artigo destaca a falta de coragem para reagir e, novamente aparece a ideia de que o povo estaria disposto a lutar. Referindo-se ao depoimento do líder trabalhista sobre o fato, Gorender diz que Brizola

afirmou que sua presença no Rio de Janeiro talvez tivesse impedido o golpe. Dispensamo-nos de contestar, do ponto de vista teórico, essa visão egocêntrica da história. Basta perguntar: que faria o atual líder do PDT no Rio que não pudesse ter feito em Porto Alegre? Meneghetti havia fugido para Passo Fundo e, com o apoio da população sublevada e de várias guarnições militares, teria sido possível instalar um governo alternativo na capital do Estado. Mas Brizola se comportou como os generais, almirantes e brigadeiros nacionalistas, que não agiram porque precisavam legitimar-se com uma ordem de Goulart (nenhum deles teve a audácia do general adversário Olympio Mourão Filho). A inação equivaleu a capitulação, a rendição sem luta. (Movimento. São Paulo, 23 a 29 de março de 1981, p. 14 e 15.)

Seguindo a mesma lógica de desmerecer o trabalhismo, *Movimento* publicou as opiniões do jornalista Carlos Azevedo sobre as propostas do “novo PTB” de resgatar tradição trabalhista. Baseando-se em conceitos marxistas, ele desenvolve seu artigo, cuja ideia principal é questionar o discurso de trabalhistas que afirmam ser o socialismo a sua principal meta. Segundo ele, “para se caminhar para o verdadeiro socialismo não se pode dispensar a ‘ortodoxia marxista’, isto é, a teoria científica do socialismo”.

Referindo-se à proposta trabalhista de atrair populares e marginalizados de todos os tipos, Azevedo resgata a premissa marxista de que os únicos capazes de levar a cabo uma revolução socialista é o operariado consciente. Nesse sentido, recrutar populares de outra natureza para esse papel seria incoerente e impraticável. Nas suas palavras,

De fato, os camponeses sem terra e com pouca terra, as marginalizados das cidades, que vieram do campo e engrossam o enorme exército industrial de reserva do capitalismo dependente, tem um potencial revolucionário a realizar-se. Mas o fato de serem os mais miseráveis não significa que sejam os mais revolucionários, que tenham uma posição de vanguarda. O que torna uma determinada classe mais ou menos revolucionária, em determinado momento histórico, não é o seu grau de miserabilidade, mas o papel objetivo que ocupa no processo produtivo. Por isso, não é um mero dogma da 'ortodoxia marxista' dizer que a classe operária é a única que tem interesse objetivo no socialismo e bate-se conseqüentemente por ele. A razão, todos sabem, mas nem sempre é lembrada, é que a classe operária é a única que produz socialmente. Isto é, que está inserida num processo produtivo já socializado e onde apenas a apropriação do fruto do seu trabalho é individual. (Movimento. São Paulo, 10 a 16 de setembro de 1979, p. 5.)

Após citar esse trecho, Azevedo dá continuidade ao seu argumento dizendo que apostar em outros grupos, que não os operários, para encabeçarem um processo de mudança rumo ao socialismo é utópico, pois eles comporiam uma parcela da sociedade nomeada pelo marxismo de *lupem proletariado*, termo criado para descrever aqueles que seriam facilmente manipulados por discursos persuasivos de lideranças treinadas para serem oportunistas. Sua intenção é acusar os trabalhistas de se aproveitarem da “inocência e ignorância” desses grupos marginalizados para conseguirem votos; portanto, estariam longe de serem socialistas verdadeiros. Para ele, a primeira prioridade dos socialistas deveria ser a mobilização e a educação socialista da classe operária, porque se esta, por sua vez, conseguir se libertar, libertaria todas as outras. Mais ilusório ainda seria querer atingir o socialismo juntando numa mesma agremiação camadas baixas da sociedade e elite – crítica recorrente feita ao trabalhismo por setores de esquerda.

A concepção de que o PTB representava os interesses da burguesia se repete a todo momento nas publicações de *Movimento*. O objetivo de desqualificar a proposta trabalhista de recriar um novo partido está relacionado justamente com o momento de disputa de espaços políticos por parte dos grupos de esquerda. Desbancar uma legenda de tradição popular seria um

grande passo para a conquista de prestígio entre as classes baixas, em especial os trabalhadores. Para fundamentar seu discurso, o autor da reportagem resgata na história elementos que comprovem o caráter burguês do PTB, bem como sua predisposição, desde sua origem, em manipular trabalhadores e populares. Alerta nas páginas de *Movimento*:

Não esquecer que no passado o trabalhismo e o PTB foram instrumentos políticos utilizados pela burguesia nacional para conquistar espaço para seu desenvolvimento num país dominado pelo imperialismo e pela oligarquia agrária, num momento histórico delicado, em que a classe operária e as massas populares urbanas ascendiam ao cenário político.

A partir daí, começa a debater sobre o momento do nascimento do trabalhismo dizendo que seu objetivo era mesmo amortecer a luta de classe, impedir a organização independente da classe operária e criar condições para manipulá-la em favor dos interesses da burguesia nacional, em conjunto com o imperialismo e a elite latifundiária.

O ano de 1945 também foi lembrado por Azevedo, mas esquecendo de acontecimentos marcantes daquele momento. De acordo com ele,

Em 1945, no fim do Estado Novo, as massas operárias e populares demonstravam, como agora, uma grande disposição de participação política e tendiam a aproximar-se do Partido Comunista do Brasil, o partido que resistira heroicamente à ditadura. Vargas criou, então, o PTB. E como era sensível aos novos ventos que sopravam, defini-o como 'a arma política do proletariado'. Isto é, a arma política que ele preferia que o proletariado empunhasse.

Não há, em momento algum do artigo, menção ao movimento queremista, que teve grande expressão e repercussão na política brasileira nesse contexto e demonstrou quanto prestígio o trabalhismo conseguiu adquirir entre os trabalhadores desde sua formação. Além disso, ignorou o fato de que esse movimento popular também recebeu apoio do PCB. Seguindo seu raciocínio, ele afirma que, de início, o PTB não obtivera sucesso com a classe trabalhadora, mas conseguira penetrar nos sindicatos porque se aproveitou do ministério do Trabalho como fonte do poder e da estrutura sindical atrelada ao Estado. Ainda teria sido beneficiado pela ilegalidade do PCB. Defendendo esse ponto de vista, Carlos Azevedo pretende mostrar que o PTB não possuía capacidade alguma de conquistar a classe operária com promessas reais. Para ele, apenas usando de oportunismo era que o PTB conseguia, de alguma forma, se infiltrar nos meios operários e angariar votos. Acrescenta ainda que o PTB, como qualquer

outro partido burguês, participava de composições esdrúxulas, visando sempre aos seus próprios interesses e, quando chegava ao poder, fazia a política dos poderosos, com pequenas concessões aos trabalhadores, só para mantê-los alienados.

Devido a todos esses problemas, Carlos Azevedo duvida que o PTB pudesse vingar naqueles tempos de redemocratização, pois os trabalhistas já não possuíam mais a máquina do governo a seu favor – fator necessário para sustentar uma política de manipulação. Ele tenta convencer o leitor de *Movimento* da inviabilidade do “novo PTB” diagnosticando a situação político-social daquele momento:

A média burguesia está debilitada. E o que é pior: está distante do poder. O que coloca outro problema: como chegar às massas trabalhadoras, sem ter o controle do ministério do Trabalho e sem poder manipular a legislação sindical para facilitar a penetração de seus membros nos sindicatos, como ocorreu no passado. Ainda mais que se nota na classe operária uma acentuada sensibilidade contra qualquer tentativa de se repetir a manipulação anterior.”

Leonel Brizola, o maior herdeiro dessa corrente tão criticada por *Movimento*, estava retornando do exílio ao Brasil. O jornalista Antônio Carlos Queiroz fez a cobertura do momento e relatou com desdém a sua postura mais moderada em relação ao governo, insinuando uma aproximação dele com a ditadura. Além disso, minimizou a reação da população de Porto Alegre em relação a sua chegada ao país. Declarou que Leonel Brizola,

recebido por menos de mil pessoas quando de sua chegada na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná – evitou Porto Alegre para afastar a ideia de qualquer ‘triumfalismo’, disse – e por cerca de 3 mil pessoas em São Borja; segundo a maioria dos jornalistas Brizola não chegou sequer a afastar a possibilidade de cancelar o compromisso de uma grande manifestação pública em Porto Alegre na próxima quinta-feira, dia 13, fato que está causando preocupações em toda a ala esquerda trabalhista. Corria o rumor de que o governo o havia pressionado para cancelar o comício. (Movimento. São Paulo, 10 a 16 de setembro de 1979, p. 3.)

E, para finalizar suas opiniões sobre o líder trabalhista, Queiroz afirma que, se Brizola queria evitar “triumfalismos”, era esse também o clima de Porto Alegre em relação a sua chegada, nesses dias anteriores ao que seria “o grande comício do outrora incendiário líder: não há grandes pichações e o clima é de expectativa passiva.” Isso porque, de acordo com ele, a recepção de Brizola teria refletido a cautela de sua posição simpática diante de alguns gestos do governo.

Logo na página seguinte, *Movimento* publicou uma reportagem sobre a chegada de Miguel Arraes escrita por Raimundo Rodrigues Pereira. O tom das palavras usadas foi exatamente o contrário daquelas do artigo anterior sobre Brizola. Para subestimar ainda mais a importância da chegada do trabalhista, *Movimento* o comparou, a todo momento, com as atitudes de Arraes por ocasião de sua chegada em Recife. Esse sim seria um líder admirável. Em um trecho, Rodrigues Pereira fez a seguinte comparação:

E enquanto em Porto Alegre há um clima de apatia e expectativa distante em relação ao comício de Brizola, em Recife, desde a semana passada o clima de agitação política já era bem intenso, com comícios-relâmpagos nos principais pontos da cidade e, nos terminais de ônibus e carros de som em campanha pela cidade tocando músicas alusivas à chegada (Movimento. São Paulo, 10 a 16 de setembro de 1979, p. 4.).

Na mesma página, abaixo da reportagem sobre Miguel Arraes, *Movimento* publicou uma mini-biografia do líder pernambucano, escrita pelo jornalista Eurico Andrade. Sob o título “Um antiimperialista convicto”, contou-se a trajetória política de Arraes com triunfo, destacando suas lutas contra o latifúndio e o imperialismo. Depois de tantas publicações associando Brizola aos interesses das elites e questionando seu discurso moderado após seu retorno, parece que a intenção de *Movimento* foi, de fato, diferenciá-lo de Arraes para destacar as características negativas e prejudiciais do líder trabalhista para o contexto de redemocratização.

Seja pelo seu suposto caráter manipulador, corrupto, oportunista, populista; seja pela defesa da aliança entre classes, o que, para seus críticos, impedia os explorados de reivindicarem suas reais demandas, o trabalhismo era considerado uma experiência histórica desvantajosa para os trabalhadores e, por isso, não deveria se repetir. Sendo assim, o projeto de criação o “novo PTB”, proposto por Leonel Brizola, tornava-se alvo privilegiado de grupos de esquerda, empenhados em desbancar seu rival na luta pela hegemonia no campo das esquerdas e pelo título de porta-voz dos movimentos populares.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada*. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIESEN, Bernhard. “Sobre héroes, víctimas y perpetradores.” In: *Puentes*, nº 5, octubre de 2001.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____ “O colapso do colapso do populismo.” In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.